

CONHECIMENTO E REALIDADE: CONSTRUINDO NOVOS CONCEITOS

João Batista Moreira Pinto

Doutor em Direito pela Universidade de Paris X, Mestre em Instituições Jurídico-políticas pela UFSC, Mestre em Filosofia pela UFMG e professor e coordenador de pesquisa da Escola Superior Dom Helder Câmara

Neste texto partimos de algumas bases do pensamento de Niklas Luhmann para, confrontando-nos com ele, rediscutirmos elementos centrais do problema do conhecimento. Em sua teoria dos sistemas Luhmann, sublinhando a operacionalidade dos sistemas autopoieticos, como auto-referenciais e fechados, defende a relatividade do conhecimento e a individualidade dos sistemas, sendo que os sistemas sociais e os sistemas psíquicos serão considerados como sistemas de sentido. Não sendo aqui o espaço para um detalhamento de suas análises, partiremos da constatação de que, para nós, sua teoria apresenta um aspecto teórico que poderíamos apresentar como sendo de risco, qual seja: ele não toma mais a realidade como referência fundamental para controlar as construções ou as significações a seu respeito.

Trabalhando o problema do conhecimento a partir da referência de sistema como unidade entre sistema e ambiente, que tem um código binário e uma unidade de sentidos que tornam possível sua operacionalização auto-referencial, Luhmann limita a observação do sistema ao que estaria relacionado ao seu código próprio, sendo, portanto, cego a toda outra realidade. Após um estudo aprofundado das bases epistemológicas de sua teoria, que esperamos poder explicitar em breve, partiremos, no entanto, de uma perspectiva distinta para tratarmos o problema do conhecimento; afirmamos a precedência do real frente à realidade sistêmica, do caos frente à organização ou ainda do não-sistêmico frente à diferenciação sistêmica.

Frente à negação do sujeito em Luhmann, insistimos sobre o fato de que será somente no processo de constituição do social, e portanto inserido no social, que o ser humano poderá se diferenciar e se constituir enquanto sujeito criador de si mesmo e da realidade.

A observação, enquanto elemento fundamental para a constituição do sujeito, o precede. E como não há observação possível a partir do

vazio, podemos afirmar a existência e a precedência de algo fora do observador. Além disso, como cada observação é única e própria a cada observador, podemos nomear **mundo referencial** o conjunto de sensações e experiências vividas, de sentimentos, observações e significações dadas pelo observador. Esse mundo, que será sempre um mundo referencial próprio a cada um, será aqui designado também como **objeto lato sensu**.

Esse mundo referencial, esse objeto lato sensu, se diferencia da realidade uma vez que será o mundo vivenciado, percebido e construído a partir de uma individualidade. Este objeto, apesar de não poder ser identificado com a realidade em si, pode ser pensado, no entanto, como a realidade do sujeito, uma vez que será seu mundo específico.

Será esse mundo que permitirá ao sujeito constituir-se e diferenciar-se, enquanto sujeito, da generalidade do “ser humano”, o que pode ser feito somente no interior do social-histórico. Portanto, a singularidade do sujeito emana da especificidade de seu mundo referencial, mas este, sendo o mundo referencial do sujeito, não existe senão como indissociável do mundo mesmo, o que significa que ele será parte integrante da complexidade do social-histórico, da realidade.

Nós iremos distinguir esse objeto lato sensu do que passaremos a denominar **objeto stricto sensu**. Este, para ser analisado e significado pelo sujeito, será particularizado e delimitado a partir do objeto *lato sensu*.

Observemos que no mundo referencial, no objeto *lato sensu*, não haverá somente o que é da ordem do consciente, sobretudo porque nos deparamos aqui também com experiências originárias que não fazem parte do que é “construído” pelo sujeito, mas do que recebemos, vivenciamos ou suportamos da realidade social-histórica. No entanto, para o objeto *stricto sensu*, sua explicitação se fará a partir do consciente, apesar de que, para sua constituição, o que vai lhe servir de base será o próprio objeto *lato sensu*. De onde se pode inferir que o inconsciente estará sempre presente na base do que construímos conscientemente.

A partir dessa recolocação conceitual, passemos ao problema da possibilidade do conhecimento, o que exigirá também a análise da relação entre conhecimento e realidade. No que se segue, quando utilizarmos o termo “objeto”, simplesmente, estaremos nos referindo ao objeto *stricto sensu* apresentado acima.

Para que o sujeito possa constituir-se enquanto sujeito, e diferenciar-se na realidade que o precede, terá necessidade da observação para poder perceber o que já estava presente no mundo como realidade, dando-

lhe ao mesmo tempo um significado. Nesse processo, o mundo referencial, enquanto mundo próprio, vai formar-se no observador, ao mesmo tempo em que vai permitir a constituição específica de cada sujeito.

Teremos então sujeitos individuais que vão constituir-se enquanto sujeitos no social e em relação com o social. Contudo, uma vez que cada sujeito refere-se a um objeto *lato sensu* específico teremos então processos de singularização próprios a cada um, o que significará bases de significação igualmente específicas a cada sujeito. Ora, se falamos de uma base de significação própria, ou de um mundo específico a cada um, podemos falar também de um processo de constituição do real a partir de cada sujeito.

Isso significa que, dada a singularidade de cada sujeito, haverá percepções diferenciadas sobre a realidade do mundo e, por conseguinte, diferentes construções sobre o real a partir de sujeitos distintos. No entanto, se temos a precedência do real sobre as construções de cada sujeito, e uma vez que cada sujeito parte sempre de um objeto *lato sensu* específico, que implicará referências de significação específicas para as criações de cada um, essas realidades, ligadas a cada sujeito, serão, como avançamos acima, partes integrantes da realidade, da complexidade do mundo.

Além disso, se cada observador observa a partir do seu mundo de referências específico, de seu objeto *lato sensu* - e aqui nos aproximamos de Luhmann para afirmar a impossibilidade de que um observador possa observar a partir da perspectiva do outro, dada a singularidade de cada uma de suas unidades -, então a observação e, por conseguinte também a descrição da totalidade do real, tornam-se impossíveis a partir de um observador particular.

Isso não implica, no entanto, um relativismo do próprio conhecimento, uma vez que nas experiências de cada um haverá sempre alguma coisa dessa realidade particular que poderá ser tratada e significada como realidade comum a todo o social; o que significa que, fora da particularidade do processo de conhecimento de cada um, das referências próprias para a elaboração de suas significações, temos o problema das referências comuns à sociedade.

Esse problema, ou a questão do que seja comum a todos, parece conduzir-nos ao problema da essência. Contudo, considerando que cada atribuição de sentidos é única, uma vez que é constituída a partir de sujeitos diferentes, marcados pelo tempo e por espaços sociais específicos, parece que o problema da essência deva ser posto de outra forma.

Não se tratará mais daquilo que resiste ou que se mantém frente a toda mudança no tempo e no espaço, mas de algo que, apesar das diferenças, apesar das particularidades presentes no social, pode fornecer-nos pontos de identificação que nos permita situar em relação a uma realidade social-histórica comum; o que, finalmente, vai tornar possível, nas relações sociais, de nos reconhecermos, de nos identificarmos enquanto seres humanos e, assim, de comunicarmos e interagirmos no social. Mesmo que não tenhamos aqui a preocupação com a denominação dessa realidade comum, não nos parece necessário que a nomeemos de “absoluto”.

Essa possibilidade de permanência no tempo e no espaço nos conduz às estruturas do sistema autopoiético em Luhmann. Mas não nos levaria também a algo que não se pode negar ou relativizar, uma vez que, fazendo parte do real, extrapola as individualidades e as diferenças e mantém-se presente no social? Não estaria nesse algo comum as bases fundamentais que, excedendo as individualidades, poderiam ser pontos de referência para que a sociedade possa observar-se e descrever-se como sociedade mesma?

Na tentativa de diferenciar o ser humano das outras espécies animais o homem chegou ao problema da cultura. A produção de cultura, qualquer que seja, será tomada como um traço fundamental na caracterização do ser humano. Isso nos permite então identificar algo comum ao ser humano vivendo em sociedade, mas sobretudo identificar algo que precede o próprio sujeito, que o envolve e do qual, enquanto sujeitos, fazemos parte: a saber, isso que nomeamos “real” ou “realidade”, ou mais especificamente realidade social. Note-se que aqui não se trata em absoluto do problema de uma precedência originária; o que queremos sublinhar é o fato de que qualquer constituição do homem enquanto sujeito só pode constituir-se numa realidade social-histórica e, é neste sentido, que falamos de uma precedência do real sobre o observador.

Entre os elementos de uma realidade que precede o sujeito, e que será assim comum a qualquer sujeito singular, temos: em primeiro lugar uma realidade em constante transformação, que pode ser nomeada “mundo” e que implica algo que se nomeia tempo e espaço; em segundo lugar a vida, o ser humano e suas relações no mundo e, por conseguinte, o outro.

Aqui devemos observar que, se incluímos este “outro” como pertencendo à realidade que precede o sujeito, é porque o pensamos sobretudo como condição da existência e constituição do sujeito, e não como um *alter-ego*. Ora, percebemos aqui um aspecto fundamental que exige pensar o

“outro” além de uma referência específica do sujeito, além do “eu” que poderia levar à sua anulação. O outro se torna efetivamente “outro”, aquele que preexiste ao *ego* e que não pode ser um *ego* que me precede. O “outro” aparece aqui como criação e criador do social-histórico.

No entanto, é possível pensar este “outro” igualmente como um *alter-ego*, e, neste caso, tratar-se-ia de uma reflexão ética envolvendo o outro. Porém, lembremos alguns aspectos ressaltados acima, que permitem que este *alter-ego* não seja simplesmente uma transposição do *ego* na realidade do outro. Cada sujeito é, ao mesmo tempo, diferente e semelhante; sempre diferente, porque sempre haverá um objeto *lato sensu* que o especifica; e sempre semelhante, considerando que haverá sempre algo comum que torna possível de um lado a identificação de uns com os outros e, de outro, que se apresente o semelhante como “outro”, um “outro-eu”. Um outro com quem é possível uma interação, precisamente porque será um outro sujeito, que faz parte, como eu, da realidade social-histórica, onde semelhanças e diferenças se cruzam.

Ora, chegamos aqui a uma questão fundamental. De acordo com essas reflexões, podemos afirmar que o problema do conhecimento não pode mais se restringir a relações e análises estritamente epistemológicas; ele será vinculado à realidade efetiva do mundo, mesmo que seja possível tratá-lo a partir de construções do próprio observador, como é o caso na teoria de Luhmann e no “construtivismo radical”.

Essa aproximação entre conhecimento e realidade efetiva faz-nos refletir sobre a questão seguinte: terão as diferentes construções sobre a realidade o mesmo nível de aproximação do real? Para analisar esse problema, retomemos a discussão sobre o mundo referencial. Afirmamos acima que toda construção de significado por um sujeito individual somente poderá efetuar-se tendo por referência seu próprio mundo, o que denominamos seu objeto *lato sensu*. Ora, considerando que este objeto não corresponde a toda a realidade, podemos inferir que a produção de conhecimento produzida a partir dele também não poderá corresponder à realidade em sua totalidade. Conseqüentemente, a questão de uma maior ou menor correlação do conhecimento ao objeto será mais instigante se a relação que se busca analisar não é com o mundo referencial, mas com um objeto específico que possa ser observado por observadores distintos.

Contudo, ainda que o objeto seja o mesmo, se temos sujeitos distintos que observam este objeto, cada significado será vinculado ao mundo referencial de cada um, e não há como ser diferente. E uma vez que nossa

análise objetiva responder à questão sobre a possibilidade de uma construção mais adequada ou mais próxima da realidade, não nos limitaremos às bases de cada observador, mas procuraremos a relação entre o conhecimento e a complexidade do objeto e, dessa forma, a aproximação com a realidade observada.

O que podemos afirmar *a priori* é que cada construção se fará em relação estreita com o mundo referencial de cada observador, o que significa dizer que: nenhuma observação se baseia somente numa *Weltanschauung*, numa visão de mundo, mas se funda igualmente no que se sofre, no vivido, não somente naquilo do qual se é consciente, mas também naquilo do qual não se é. Assim, no “mundo referencial de cada um” há tanto aquilo que sofremos, que recebemos do mundo, como aquilo que construímos a partir do real. Este mundo será então constituído de uma variedade de valores, de sentimentos, de significações, mas também de realidades externas a cada ser humano (de pessoas, coisas, relações, ações, etc...), com as quais ele estabelece experiências de vida ou através das quais vivencia experiências.

Portanto, podemos afirmar que nenhuma observação é independente deste “mundo referencial” de cada um, o que nos permite também afirmar que qualquer observação é situada no mundo, assim como o observador ou, o sujeito. Esta percepção de um observador e de observações “situados” permite-nos sublinhar a impossibilidade de qualquer construção, ou de qualquer produção de sentidos, neutra.

Buscando uma melhor percepção do problema, analisemos a situação hipotética na qual diferentes observadores, em um tempo e espaço semelhantes e em um mesmo domínio da ciência, tomam para análise um objeto comum. Ora, já sendo problemático que, partindo dos próprios sujeitos, se observe um mesmo objeto, imaginemos, para nosso exercício reflexivo, que o objeto tenha sido proposto a eles, e que nesta situação far-se-iam observações sobre um mesmo objeto. Ora, *grosso modo*, poderemos notar que estas diferentes observações freqüentemente vão conduzir a diferentes significações e, podemos dizer, a construções distintas sobre o objeto. É possível que se produzam construções opostas umas às outras, o que, se se transpõe à epistemologia das ciências, poderia bem designar as bases do que foi nomeado “rupturas” com o conhecimento precedente.

Se diferentes observações de um mesmo objeto podem ter por resultado significações distintas, é possível que essas diferenças não se dêem tanto em função do objeto, mas dos observadores mesmos. Porém, a funda-

mentação dessas possíveis significações distintas não pode se limitar à consideração dos observadores, ela necessita estabelecer a relação destes com o mundo específico de cada um, ou seja, com o objeto *lato sensu*.

Em contrapartida, essas construções apresentarão igualmente algo de comum, o que vai permitir que as relações se estabeleçam com base no que nos pomos de acordo ao menos sobre algumas referências básicas do objeto. Essa base comum é a que nos permite perceber que estamos discutindo sobre um mesmo objeto e não sobre objetos distintos, apesar das diferenças nas significações em torno do objeto. Esses pontos comuns não são, no entanto, a garantia de correspondência entre conhecimento e objeto, mas eles indicam o privilégio atribuído, em uma dada instituição social-histórica, a alguns aspectos da realidade.

Além disso, é possível que certas construções aproximem-se mais que outras da complexidade do objeto em questão, isto é, que a expressem melhor ou que sejam mais complexas. E observemos, aqui em proximidade com Luhmann, que toda construção, toda descrição de um objeto e, portanto, de uma parte do real será um elemento a mais para a complexidade do real e assim, para o processo de conhecimento. Essas contribuições constantes à complexidade do real permitem-nos lembrar a diferença de complexidade entre a realidade mesma e aquela que se pode tratar no processo de conhecimento.

Essas análises das diferentes observações sobre um mesmo objeto permitem-nos, enfim, ressaltar que o processo de conhecimento não pode restringir-se ao observador e ao seu objeto, há uma complexidade de relações que fazem parte da complexidade do real.

Se através dessas análises pudemos afirmar que, primeiro, o conhecimento não corresponde à realidade mesma e, segundo, a correlação de toda construção significativa com o mundo referencial, então podemos nos interrogar agora sobre o peso, a influência dessas diferentes construções no social. Para analisar esta questão não partimos de uma referência lógica, mas não teremos também a necessidade de inclinarmos sobre análises comparativas acerca da valorização e o valor da produção de cada sujeito; podemos afirmar a existência desta diferenciação em primeiro lugar graças à reflexão sobre o objeto que permitirá a constituição de cada sujeito, ou seja, sobre o mundo referencial. Se a amplitude da significação dada por cada um ao objeto varia de acordo com, digamos, sua experiência do mundo, então podemos esperar que as construções, as significações sobre a realidade sejam mais ou menos largas, ou seja, que possam dar conta da

realidade complexa com mais ou menos riqueza de percepção.

Quando falamos de riqueza de percepção queremos insistir sobre o fato de que é possível que certas construções sobre o mundo estejam mais próximas da complexidade do real sem, no entanto, poderem atingir todos os componentes desta complexidade, já que estas construções serão relativas ao mundo referencial de cada sujeito.

Examinemos agora a forma como essas diferentes construções serão consideradas no social. Para isso, será necessário refletir sobre a forma pela qual elas serão apresentadas no social. Para tratar esta questão podemos retomar nossas análises sobre as diferentes observações e, por conseguinte, sobre as construções significativas específicas, considerando um mesmo objeto de análise.

Podemos notar primeiro que, se podemos falar de uma unidade a partir da qual cada observador pode observar, é necessário, no entanto, observar que esta unidade não se compõe jamais unicamente do que seria do campo do ordenado, mas que haverá igualmente contradições uma vez que o que funda estas construções não se constitui somente do que é ordenado, mas também do que não tem sentido ou daquilo que é da ordem do inconsciente, ou simplesmente do não ordenado; o que evidentemente pode conter contradições, das quais se é pouco consciente.

Além disso, já observamos que essas construções significativas não serão neutras, uma vez que serão fundadas sobre bases bem situadas em relações social-históricas específicas, o que introduzimos nestas reflexões como fazendo parte do objeto *lato sensu* de cada observador.

Todos esses aspectos serão parte do processo de conhecimento, ou de significação do real, e vão, dessa forma, manifestar-se na significação dada ao objeto, ainda que, uma vez mais, não sejamos deles conscientes. Note-se que o estabelecimento de um objeto, sobre o qual se volta, já é da ordem da significação.

Essas referências permitem-nos compreender melhor as diferentes produções de significações em torno de um mesmo objeto que podem aportar valores divergentes, mas elas permitem-nos também pensar que, se estas construções de conhecimento não são neutras, mas situadas, então as suas manifestações e as suas divulgações no social serão marcadas igualmente por compreensões ou modelos de compreensão do mundo que serão distintos ou mesmos divergentes e que disputarão sua influência na sociedade.

Somente essas divergências, que vão se manifestar no mundo

referencial, podem explicar, por exemplo, a situação de espaços diferenciados na sociedade, isto é, o fato de que um ou mais observadores - construtores de significações – tenham um espaço maior para apresentação de suas percepções ou significações do mundo.

Para analisar as interferências sobre a divulgação diferenciada das produções de significação é importante que já se considere a constituição do objeto em questão. Será considerando um objeto específico, ou seja, um objeto *stricto sensu*, e as diferentes significações que lhe são atribuídas no social, que podemos perceber essas interferências, sejam elas por parte da economia, da política, da ciência, ou de outras referências sociais que detenham um poder maior, em determinado tempo e espaço, no processo de constituição e significação desse objeto na sociedade.

Ao tratarmos do problema de espaços distintos de divulgação dessas perspectivas diferenciadas, somos levados a outro problema: o poder da *mídia*. Este relaciona-se com os outros poderes da sociedade. Essas interferências vão, por consequência, contribuir para a construção de um maior ou menor espaço para a divulgação destas produções de conhecimento ou de significações. E evidentemente, esse espaço diferenciado para a divulgação das significações terá um papel fundamental, uma vez que se determinados modelos ou produções de sentido serão privilegiados, ao passo que outros serão desvalorizados ou ignorados nesse espaço diferenciado de divulgação das distintas percepções e significações em torno do mundo, da sociedade ou, simplesmente, da realidade.

Certo é que este espaço maior para a divulgação de algumas construções não é, em si, indicativo de uma maior correspondência nem entre a significação estabelecida e o objeto e, muito menos, entre a construção e a realidade à qual se busca atribuir um sentido.

Esse espaço diferenciado para a apresentação de construções significativas já será uma manifestação das disputas e interesses em torno da significação do real, disputas que vão manifestar-se desde o momento de construção do objeto e que estarão presentes igualmente na base destas construções distintas de espaços diferenciados constituídos no social.

Considerando esses espaços diferenciados para a apresentação das múltiplas significações do real teremos, portanto, face a essas múltiplas construções, ou uma visualização maior, ou uma ocultação parcial ou total.

Uma questão correlacionada ao problema seria saber se essas construções de espaços diferenciados serão sempre da ordem do consciente, do manifesto; se indicarão sempre realidades bem orquestradas, bem

planificadas ou se haverá também outros elementos que vão interferir nesse processo. Podemos notar outras referências que podem fazer-nos pensar que essas construções não serão sempre expressão de algo bem planejado. Estas indicações não devem, no entanto, recobrir nossa questão principal: as interferências sobre as construções significativas do real.

Assim, nessa construção de espaços destinados às diferentes significações do real, podemos considerar igualmente a possibilidade do azar vir a desempenhar um certo papel; ainda que observemos que o azar, na sociedade contemporânea, tenha um lugar cada vez mais limitado a realidades não estratégicas para os poderes dominantes. Podemos considerar também que esses espaços diferenciados podem ser igualmente conseqüências de conflitos não manifestos; ou ainda, o resultado de metodologias que não incluem todos os observadores, ou melhor, que não consideram todos os elementos constitutivos do objeto de estudo e que, assim, não poderiam apreender a realidade senão de forma limitada; e, por último, podemos incluir na análise o fato de que certos aspectos do real não podem ser percebidos, dado o seu estado embrionário de constituição, o que indica a existência de elementos ainda dispersos na realidade social.

Essas considerações de outros elementos de interferência no espaço de manifestação das produções sociais permitem-nos primeiro, de imaginar a importância, para a constituição do real, de construções sobre realidades que ainda não tenham sido incluídas entre as prioridades do poder instituído e, em seguida, de interrogar-nos se estas construções em torno de realidades, digamos paralelas, não se constituirão, de toda forma, em uma parte importante dos objetos *lato sensu* que se constituem na sociedade, podendo interferir na construção do social-histórico.

Essas reflexões sobre as formas como as construções serão apresentadas no social, ou mais especificamente sobre seus espaços de apresentação, permitem-nos compreender que: frente a construções sobre o real que terão maior espaço para divulgação, e conseqüentemente uma maior possibilidade de influenciar a sociedade, haverá igualmente outras construções sobre o objeto em questão que poderão permanecer ocultadas, veladas e poderão, dessa forma, não constituir-se em elementos significativos da realidade. Porém, essas construções veladas também farão parte da realidade do mundo; o que mostra, uma vez mais, que o real inclui, da mesma forma, o que não se conhece, não se vê, ou ainda aquilo do que não somos conscientes.

Note-se que essas construções sobre o real são ligadas ao mundo

referencial de cada observador, de cada sujeito, mundo este que será, ele próprio, parte constitutiva do real. Assim, podemos similarmente aproximar essa construção daquilo que a Sociologia Clínica e a Psicossociologia Social nomeiam “história de vida” de cada um. Fazendo esta aproximação, queremos, de fato, sublinhar o alcance do mundo referencial ou do objeto *lato sensu*. Um objeto que abre espaço a tudo o que pode desempenhar um papel no processo de significação do sujeito, ainda que este não seja consciente dos elementos desse objeto.

Ora, essa vinculação entre a observação do sujeito e seu correspondente objeto *lato sensu* permite-nos finalmente afirmar que a relação entre sujeito e objeto, freqüentemente designada para caracterizar o processo de conhecimento, será insuficiente para dar conta do problema do conhecimento no social. E se Luhmann rompe com essa forma de designação substituindo-a pela unidade sistema-ambiente, nós aportamos a ela um outro pólo fundamental: não se trata de uma relação sujeito-objeto simplesmente, mas de uma relação indissociável, de uma interligação entre “realidade (mundo real), mundo referencial, sujeito e objeto”.

Através dessa forma de representação, todo processo de conhecimento estará, por um lado, inserido em uma individualidade, em uma particularidade, e por outro vinculado à realidade do mundo, à realidade social-histórica; isto é, a singularidade de cada processo estará garantida através da ligação com um objeto *lato sensu* específico, mas sendo este parte de uma realidade mais ampla, a realidade do mundo, ou ainda do real, cada processo de conhecimento será, ao mesmo tempo, vinculado a esta realidade global.

O sujeito, parte fundamental desse processo, cria a realidade social-histórica e, com isto, vai criando a si mesmo; porém, seu mundo específico, base para suas significações, só é possível enquanto integrado na realidade do mundo. Assim sendo, os “momentos” do processo de conhecimento, como a observação ou a criação de sentidos, fundados sobre um mundo referencial, serão, também eles, vinculados à realidade social-histórica do mundo; terão a marca da realidade e dela farão parte.

Essa nova forma de representação do conhecimento, com a inclusão de novos conceitos, permite uma melhor compreensão do processo de conhecimento, da relação mundo referencial - sujeito - objeto, como uma relação situada no mundo real, na realidade social-histórica. Destarte, ao lado da particularidade de cada processo de conhecimento, teremos nele alguma coisa do social-histórico, o que faz com que ele seja, ao mesmo

tempo, particular e coletivo. Isto significa que as observações são, mais especificamente, re-observações e que as construções de sentido são, antes, reconstruções de sentido.

Dessa forma, estabelecer-se-á uma tensão entre o universal e o particular, o que permitirá, por um lado, ao sujeito de tornar-se sujeito e, enquanto sujeito, através de sua singularidade, integrar-se à constituição de um coletivo, e, por outro lado, ao coletivo - ligado à realidade social-histórica - de manter-se vivo e reproduzir-se pela transmissão de valores e de instituições produzidas no social-histórico mesmo, a partir dessa tensão sempre presente entre o coletivo e a singularidade.

Nessa nova forma de representação do processo de conhecimento, o mundo referencial ou o objeto *lato sensu* constitui-se como elemento de ligação entre, de um lado, o sujeito e o objeto e, do outro, o mundo coletivo ou a realidade. Ressaltemos aqui esta referência fundamental: esse objeto *lato sensu* passa a ser o elemento conceitual de ligação entre epistemologia e ontologia e vice-versa.

E enquanto elemento de ligação, o mundo referencial de cada um, o objeto *lato sensu*, recebe a marca do mundo e a do sujeito. Por esta razão, é no campo do mundo referencial que poderemos perceber melhor, tanto a tensão entre o singular e o coletivo, como as contradições dialéticas próprias ao processo de conhecimento. A constituição de uma singularidade coletiva, assim como um processo de conhecimento que não parece poder ser pensado nos limites da epistemologia, serão exemplos dessas contradições.

Essa tensão será o aspecto fundamental que vai enriquecer o processo de formação do mundo referencial e, por conseguinte, será determinante para a constituição do sujeito singular e fundamental na criação contínua da própria realidade social-histórica. Uma tensão onde o sujeito participa da constituição do social-histórico em função de uma busca de singularização, de especificação, e onde o social-histórico procura reproduzir-se enquanto coletivo ou mesmo enquanto universalidade que visa prevalecer sobre a singularidade. Note-se, no entanto, que o social-histórico manifesta-se fundamentalmente através de outras singularidades, que vivem nelas mesmas a tensão entre a universalidade do social-histórico e a singularidade do sujeito.

Chegamos então a um processo de conhecimento que não se produz somente a partir da particularidade - que pode ser percebida tanto no sujeito, no mundo referencial e no objeto *stricto sensu*, como na relação

entre estes elementos -, mas que terá também a marca do coletivo, uma vez que ele será fundado igualmente sobre o social-histórico, sobre o real, ou seja, sobre o ser. Essa reflexão conduziria-nos ao problema da universalidade do conhecimento, que aqui não aprofundaremos, restringindo-nos a indicar a referência de um conhecimento coletivo interligado a um objeto também coletivo, a um objeto social-histórico.

Essas análises permitem-nos afirmar um conhecimento onde não se trataria mais de considerar o papel de criação do observador - tomado como sujeito ou como sistema -, criação esta que iria se efetivar na constituição do objeto, nem mesmo a forma como este objeto vai, ele mesmo, contribuir para a constituição do sujeito, o que nos conduziria à tradicional relação entre sujeito e objeto. Nesse processo de conhecimento, o fundamental será de remarcar a interferência do real sobre a constituição mesma do sujeito, dos indivíduos e dos sistemas na constituição da complexidade do social-histórico.

Assim, o processo de conhecimento não seria mais constituído numa relação dualista entre sujeito e objeto; mas teríamos antes uma relação onde tanto o sujeito quanto o objeto (*stricto sensu*) seriam constituídos a partir do próprio real, e onde este seria indissociável deste processo.

Esse real será um real particularizado, mas constituindo-se na base fundamental para qualquer manifestação e criação do sujeito, criador ou co-criador - como nos fala Castoriadis - do social-histórico, torna-se então parte integrante da complexidade do real. Novamente, é o mundo referencial, o objeto *lato sensu*, que será então tela de fundo para a epistemologia e para a ontologia.

A relação entre sujeito e objeto estabelecida em Bachelard, e sobretudo em Piaget, já era uma relação dialética, o que significava uma ruptura com a simples dualidade entre esses dois pólos. Contudo, a representação do conhecimento como estabelecida nestes pensadores pôde ser retomada como construção de todo o processo de significação pelo “construtivismo” epistemológico.

Na forma de representação do conhecimento aqui proposta, o objeto *lato sensu* também será considerado em uma relação dialética, mas, por outro lado, ele faz com que não seja mais possível considerar o processo de conhecimento como simples construção de um sujeito, um observador ou um sistema. Se, com relação ao objeto, ao objeto *stricto sensu*, trata-se efetivamente de uma construção do observador - o que para nós significará sempre construção a partir do sujeito - com relação ao mundo referencial,

ao objeto *lato sensu*, não se tratará de forma alguma dessa forma de construção.

Introduzimos assim, no processo de conhecimento e, por conseguinte, em todo processo de observação e de significação, um terceiro elemento que será, ele próprio, manifestação do social-histórico no processo. Um terceiro que pode até não aparecer de forma manifesta na análise do processo de conhecimento, mas que, sendo a base de constituição deste processo, será presente de forma incontornável.

O caráter fundamental dessas reflexões foi de podermos chegar à explicitação de um processo de conhecimento que não se limite ao aspecto de uma construção do observador, ainda que este esteja presente, mas de um conhecimento marcado de maneira inegável pelo social-histórico, pelo real.

Em análise posterior procuraremos examinar as reflexões aqui desenvolvidas na epistemologia dos sistemas sociais e do próprio direito. No entanto, a partir dos elementos fundadores de uma epistemologia a partir da qual podemos estabelecer os limites do “construtivismo” epistemológico, acreditamos já ser possível adiantarmos e defendermos a não aplicabilidade, para os sistemas sociais, de noções centrais do pensamento de Niklas Luhmann como *autopoiesis* e fechamento operacional.